

Turismo religioso e desenvolvimento socioeconômico: análise da governança turística no município de Aparecida (SP)

Religious tourism and socioeconomic development: analysis of the tourist governance in the municipality of Aparecida (SP)

Turismo religioso y desarrollo socioeconómico: análisis de la gobernanza turística en el municipio de Aparecida (SP)

Joao Jose dos Santos Junior

Universidade de São Paulo (USP)

São Paulo, SP, Brasil

joao_junior@usp.br

DOI: <http://dx.doi.org/10.18472/cvt.23n3.2023.2058>

Submetido: 15 dezembro 2022

Edegar Luis Tomazzoni

Universidade de São Paulo (USP)

São Paulo, SP, Brasil

eltomazzoni@usp.br

Aprovado: 29 setembro 2023

RESUMO:

Na análise do desenvolvimento do turismo, identificam-se os diferenciais dos segmentos da oferta na atração dos fluxos turísticos. O turismo religioso movimenta, anualmente, mais de 300 milhões de pessoas no mundo. É o principal segmento em vários destinos do país, entre os quais, o município de Aparecida (SP), sede do Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida, maior centro de peregrinação da América Latina. O turismo religioso, decorrente de romarias, é a principal atividade econômica do município, que recebe cerca de 12 milhões de visitantes ao ano. O Santuário, que oferece, além do espaço interno, estrutura de hospedagem, alimentação e lazer, influencia na configuração socioespacial do município, e impacta nas políticas públicas locais. Com base no modelo teórico dos múltiplos fluxos, este trabalho analisa a governança e a formulação de políticas públicas no destino turístico. Os procedimentos da pesquisa foram análise do Plano Diretor de Turismo Municipal e entrevistas com membros do Conselho Municipal de Turismo (Comtur). Nos resultados, verificam-se: articulação com o plano anterior, utilização de indicadores do inventário turístico, pesquisa de demanda e avaliação dos atrativos. Com os impactos da pandemia de Covid-19, houve maior articulação do setor. Conclui-se que o Comtur representa a consolidação da governança, em razão da convergência de interesses políticos, sociais e econômicos dos atores, na gestão, planejamento e especialmente na formulação das políticas públicas do turismo. É importante que o desenvolvimento turístico transcenda os limites do Santuário, contemplando a integralidade do território do município.

PALAVRAS-CHAVE: turismo religioso, política pública, desenvolvimento, aparecida (SP).

ABSTRACT:

In the analysis of tourism development, the differentials of the supply segments in attracting tourist flows are identified. Religious tourism attracts more than 300 million people around the world every year. It is the main segment in several destinations in the country, including the municipality of Aparecida (SP), home to the National Sanctuary of Our Lady of Aparecida, the largest pilgrimage center in Latin America. Religious tourism resulting from pilgrimages is the city's main economic activity, which receives around 12 million visitors per year. The Sanctuary, which offers, in addition to internal space, accommodation, food and leisure facilities, influences the socio-spatial configuration of the municipality, and impacts local public policies. Based on the theoretical model of multiple flows, this work analyzes governance and the

formulation of public policies in the tourist destination. The research procedures were analysis of the Municipal Tourism Master Plan and interviews with members of the Municipal Tourism Council (Comtur). The results show: articulation with the previous plan, use of indicators from the tourist inventory, demand research and evaluation of attractions. With the impacts of the Covid-19 pandemic, there was greater coordination in the sector. It is concluded that Comtur represents the consolidation of governance, due to the convergence of political, social and economic interests of the actors, in management, planning and especially in the formulation of public tourism policies. It is important that tourist development transcends the limits of the Sanctuary, covering the entire territory of the municipality.

KEYWORDS: religious tourism, public policy, development, Aparecida (SP).

RESUMEN:

En el análisis del desarrollo turístico se identifican los diferenciales de los segmentos de la oferta en la atracción de flujos turísticos. El turismo religioso atrae cada año a más de 300 millones de personas en todo el mundo. Es el principal segmento en varios destinos del país, incluido el municipio de Aparecida (SP), sede del Santuario Nacional de Nuestra Señora de Aparecida, el mayor centro de peregrinación de América Latina. El turismo religioso resultante de las peregrinaciones es la principal actividad económica de la ciudad, que recibe alrededor de 12 millones de visitantes al año. El Santuario, que ofrece, además de espacio interno, alojamiento, alimentación y ocio, influye en la configuración socioespacial del municipio e impacta las políticas públicas locales. A partir del modelo teórico de flujos múltiples, este trabajo analiza la gobernanza y la formulación de políticas públicas en el destino turístico. Los procedimientos de investigación fueron el análisis del Plan Maestro de Turismo Municipal y entrevistas a miembros del Consejo Municipal de Turismo (Comtur). Los resultados muestran: articulación con el plan anterior, uso de indicadores del inventario turístico, investigación de demanda y evaluación de atractivos. Con los impactos de la pandemia de Covid-19 hubo mayor coordinación en el sector. Se concluye que Comtur representa la consolidación de la gobernanza, debido a la convergencia de intereses políticos, sociales y económicos de los actores, en la gestión, planificación y especialmente en la formulación de políticas públicas turísticas. Es importante que el desarrollo turístico trascienda los límites del Santuario, abarcando todo el territorio del municipio.

PALABRAS CLAVE: turismo religioso, políticas públicas, desarrollo, Aparecida (SP).

1. Introdução

O fenômeno turístico envolve diversos profissionais e comunidades em seus serviços. Em razão de sua complexidade, a análise sistêmica facilita a gestão, o planejamento e o desenvolvimento do setor, nos âmbitos econômico, social e ambiental (Beni, 2001; Trindade et al, 2019). Para a convergência de interesses, na competitividade e no desenvolvimento dos destinos, é fundamental a gestão participativa das políticas públicas, pelo poder público, pela iniciativa privada e pela comunidade local (Beni, 2006; Conceição, 2020).

Melhorias na infraestrutura, aumentos da empregabilidade e da qualidade de vida são finalidades da gestão democrático-participativa e endógena, fatores que constituem a governança do turismo (Molina, 2007; Hall, 2011; Gonçalves et al, 2020). O conceito fundamenta as políticas públicas do turismo no Brasil, conforme os Planos Nacionais de Turismo (PNT), os Planos de Regionalização do Turismo (PRT) e os documentos orientadores para a instituição das Instâncias de Governança Regionais (IGR).

Na análise do desenvolvimento do turismo, é importante identificar: os atrativos turísticos locais, as estruturas dos equipamentos, as características e as atividades de serviços, cujos diferenciais influenciam diretamente no desempenho dos segmentos do setor (Beni, 1999; Paes

etal 2020) (Beni, 1999; Paes et al, 2020). O turismo religioso é o principal segmento em vários destinos do país (MTUR, 2006) (BRASIL, 2006).

Nesse contexto, destaca-se o município de Aparecida (SP), conhecido como a “capital mariana da fé” (Cesar & Vianna, 2015). Sua história vincula-se à descoberta da imagem da Imaculada Conceição, em 1717, à qual foram atribuídos diversos milagres. O Santuário, construído para atender à devoção à citada imagem, é o maior centro de peregrinação religiosa da América Latina. Atrai, anualmente, cerca de 12 milhões de visitantes, denominados romeiros (Moreno, 2009; Antunes, 2017).

O destino, além do templo, oferece hospedagem, alimentação e lazer. Nota-se uma discussão em torno do empreendimento, visto como principal motor do desenvolvimento econômico local e, por vezes, como monopólio do qual a economia municipal é dependente (Mangialardo, 2015; Barbosa, 2016).

O objetivo deste artigo é analisar a participação dos atores do turismo local na gestão, no planejamento e, sobretudo, na elaboração das políticas públicas municipais do setor. Para tanto, os procedimentos metodológicos foram: a análise documental do Plano Diretor de Turismo Revisional (PDTR) do município de Aparecida, vigente no período de 2021 a 2024, com base no modelo teórico dos múltiplos fluxos (Kingdon, 2003), e a realização de entrevistas semiestruturadas com membros do Conselho Municipal de Turismo (Comtur) do município estudado.

Os resultados revelam que o fortalecimento do Comtur representa a consolidação da governança municipal do turismo, possibilitando a criação de diretrizes e a formulação das políticas públicas para o setor. Verificam-se convergências de interesses políticos, sociais e econômicos dos atores, que fazem parte do órgão, e atuam na gestão e no planejamento do turismo em Aparecida

2. Revisão de Literatura

A pesquisa preliminar, acerca do tema, indica trabalhos relacionados à formação do espaço sociogeográfico de Aparecida (SP). Contudo, os textos não relacionam a organização religiosa e a gestão turística municipal. Tampouco estudam a IGR local e sua atuação com base na proposta do Ministério do Turismo (MTur).

Segundo Lopes (2015), o fenômeno ocorrido em Aparecida influenciou diretamente na formação geográfica dos municípios da região, em que prevalece o turismo religioso. Mangialardo (2015) reitera, concluindo que o planejamento urbano municipal deu-se, simultaneamente e consequentemente, ao desenvolvimento do santuário religioso.

Barbosa (2016) afirma que o processo de desenvolvimento local resultou na dependência econômica do fluxo turístico do Santuário. Antunes (2017) aborda a hospitalidade no Santuário Nacional de Aparecida como vantagem competitiva do destino turístico, apresentando o turismo religioso como destaque para o desenvolvimento local.

Em razão das motivações para este estudo, a seguinte fundamentação teórica sintetiza a revisão de literatura dos principais conceitos dessa discussão, encontrados em artigos, livros e documentos orientadores de organizações especializadas, como o Ministério do Turismo.

2.1 Turismo Religioso

O turismo religioso movimenta anualmente mais de 300 milhões de pessoas no mundo, apresentando-se como principal fator do desenvolvimento de vários destinos (UNWTO, 2017). No Brasil, gera R\$ 15 bilhões anuais (Chuva, 2017). Aparecida, principal destino do segmento, recebeu

aproximadamente 12 milhões de visitantes em 2019 (Tomazzoni, & Beck, 2019; Cruz, & Santos Junior, 2022).

Apesar de despertar a atenção do poder público, que realizou ações para sua promoção nos últimos anos (Guimbelli, 2019), o segmento é pouco estudado no Brasil. Segundo a Associação Brasileira de Empresas de Eventos, “a carência de dados mostra a falta de uma equipe técnica voltada para pesquisas no turismo religioso” (ABEOC, 2016).

Na contemporaneidade, o ato de peregrinar, isto é, de deslocar-se para cultuar divindades, a fim de obter favores divinos, ou para o cumprimento de preceitos religiosos (Tomillo Noguero, 2019) (Noguero, 2019) é considerado deslocamento de motivação turística (Collins-Kreiner, 2010). Grandes centros religiosos da Igreja Católica, como Aparecida (Brasil), Lourdes (França), Fátima (Portugal), desenvolveram serviços além do culto, abrangendo transporte, alimentação, hospedagem, venda de souvenirs e lazer (Silveira, 2007). Oferecem produtos e serviços para satisfazer às necessidades dos turistas como qualquer outro destino turístico (Rinschede, 1992).

O turismo religioso vincula-se também às festividades religiosas populares, consideradas manifestações culturais para determinados grupos sociais expressarem a sua realidade histórica e vivenciar vivenciando suas memórias e tradições, e contribuindo para a perpetuação do patrimônio cultural e constituição da identidade local (Aragão & Macedo, 2011; Silva & Barroso, 2015). Classificado pelo MTur como subcategoria do turismo cultural, configura-se como atividades turísticas decorrentes da busca espiritual e da prática religiosa em espaços e eventos, bem como aquele empreendido por participação de eventos, peregrinações e romarias relacionados às religiões institucionalizadas, sejam de origem cristã, afro-brasileira, espírita, orientais, entre outras (MTUR, 2006) (BRASIL, 2006).

Destacam-se, como destinações religiosas católicas nacionais, o Santuário Nacional de Aparecida, (Aparecida - SP), a Igreja do Horto do Padre Cícero (Juazeiro do Norte - CE), o Santuário Basílica do Divino Pai Eterno (Trindade - GO), o Santuário de Santa Paulina (Nova Trento - SC) e a Canção Nova (Cachoeira Paulista - SP). Nos municípios que sediam tais atrativos, há forte presença de romeiros, que impulsionam o desenvolvimento das atividades turísticas (Lopes, 2015; Rosendahl, 2018).

Portanto, para melhor aproveitamento do potencial turístico da região, são necessários planejamento a gestão, visando ao desenvolvimento do setor, por meio da articulação entre o poder público, a iniciativa privada e a congregação que administra o empreendimento religioso (Sartori, 2019).

2.1 O município de Aparecida e o Santuário da Padroeira do Brasil

O município de Aparecida, principal destino turístico religioso no Brasil e maior centro de peregrinação religiosa da América Latina, tem uma área de 120.890 km² e população estimada em 36.211 habitantes, em 2021 (IBGE, 2022). Situa-se na região do Vale do Paraíba, localizada entre São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ), duas megalópoles brasileiras, interligadas pela rodovia Presidente Dutra, que atravessa a cidade, facilitando, assim, o acesso ao município.

Conhecido a “capital mariana da fé” (Cesar, & Vianna, 2015), Aparecida desenvolveu-se a partir de um fenômeno denominado “cidade-santuário”, ou “hierópolis” (Lopes, 2015; Rosendahl, 2018). Trata-se de territórios dotados de características culturais de origem religiosa, cuja presença da organização religiosa local cria e administra espaços, que influenciam diretamente na promoção de políticas de ordenamento territorial (Mangialardo, 2015).

O Santuário Nacional de Aparecida, principal atrativo turístico local, chama atenção por suas dimensões e representatividade. É a segunda maior basílica católica do mundo, sendo apenas

menor que a Basílica de São Pedro, no Vaticano (Godinho, 2018). Sua área ocupa quase 20% do território urbano do município, influenciando, diretamente, na economia local (Moreira Neto et al., 2020).

Além do templo religioso, sua estrutura oferece, aos romeiros, instalações sanitárias, bebedouros, ambulatório médico, livraria, museu, estacionamento e um conjunto comercial com 700 boxes para venda de souvenirs e artigos religiosos, praça de alimentação e serviço de informações (Moreno, 2009).

Fazem parte do complexo de atrativos do Santuário o passeio de bonde até o “Mirante do Cruzeiro” e a “Cidade do Romeiro”, onde encontram-se estrutura de hotelaria e o “Trem do Devoto”, que percorre um trajeto composto por esculturas, denominado “Caminho do Rosário”, até o “Porto Itaguaçu”, às margens do rio Paraíba do Sul, onde os romeiros podem realizar um passeio de balsa nas águas onde a imagem foi encontrada (Santos Junior, 2023).

A fundação e o desenvolvimento do município de Aparecida (SP) relacionam-se, diretamente, com a história da devoção à imagem encontrada na localidade e com a construção do Santuário Nacional de Aparecida. No crescimento da atividade turística, “a conjunção turismo-religião é que move a economia e a cultura locais, de que a cidade, em sua quase totalidade, depende, economicamente” (Cesar & Vianna, 2015).

Historicamente, a devoção a Nossa Senhora Aparecida iniciou-se em 1717, quando, às margens do rio Paraíba do Sul, três pescadores “pescaram” a imagem da Imaculada Conceição. Conta-se que a pesca tornou-se abundante naquele dia. Os pescadores construíram uma capela, que abrigou a imagem e que passou a receber devotos e peregrinos, que recebiam milagres, resultando no surgimento do espaço urbano turístico-cultural (Alvarez, 2017).

Ao longo do tempo, o acesso ao local, inicialmente realizado a pé ou por transporte animal, também se desenvolveu. No final do século XIX, foi construída uma estrada de ferro na região, e, a partir de 1920, tornou-se possível locomover-se até a cidade por automóvel, com a construção da rodovia Presidente Dutra (Moreno, 2009).

A família imperial brasileira também difundiu a devoção. Dom Pedro I visitou a imagem em agosto de 1822, enquanto transitava entre as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, formando sua comitiva para a Proclamação da Independência. Dom Pedro II e sua esposa, a imperatriz Teresa Cristina, a visitaram em 1843 e 1865. Em 1868, a princesa Isabel prestigiou a Festa da Imaculada Conceição, celebrada no local e, pedindo à Santa a “graça especial” de conceber um filho. A princesa doou um manto ornado com 21 brilhantes (representando as então 20 províncias do império e a capital). Em 1884, retornou para agradecer o alcance de seu pedido doando uma coroa pesando 300 gramas, feita em ouro 24 quilates, ornada com 24 diamantes maiores e 16 menores, adereços que se mantêm junto à imagem desde então (Godinho, 2018).

Diante da repercussão da devoção, a Igreja Católica Apostólica Romana organizou as práticas piedosas em torno da imagem. Elevando a igreja à categoria de Santuário Episcopal em 1883, confiou a administração local aos Padres Redentoristas. Aos poucos, as peregrinações espontâneas cederam lugar às romarias organizadas, projetadas em âmbito nacional. Em 1931, foi elevado à categoria de Santuário Nacional, e Nossa Senhora Aparecida recebe o título de “Padroeira do Brasil”. Ao longo desses 300 anos, a imagem foi transferida para a chamada “basílica histórica” e, posteriormente, para a nova basílica, onde se mantêm atualmente (Maio, 2004).

A instituição religiosa consolidou-se como polo de influência local. Na história do município, a descoberta da imagem foi determinante para a criação do distrito de Aparecida, em 1842, e a sua posterior emancipação, em 1928. Suas atividades são fortemente vinculadas ao turismo religioso (Oliveira, 1999).

2.3 Governança e Desenvolvimento Regional do Turismo

A razão e o fundamento da governança é o desenvolvimento socioeconômico, que se define com base nas melhorias das condições de vida da população (Araújo et al, 2020). Verificado por indicadores como educação e empregabilidade, é representado por um conjunto de fatores, como expectativa de vida ao nascer, educação, distribuição de renda e redução da disparidade social (Sen, 2000).

A atividade turística contribui economicamente para o desenvolvimento, gerando emprego e renda e incentivando o empreendedorismo (Vanhove, 2011; Emmendoerfer et al., 2021). Sob essa perspectiva, o PNT 2018-2022 salienta as vocações e as potencialidades turística dos destinos, sugerindo a integração entre organizações públicas e privadas, por meio das IGRs. Respeitando a especificidade de cada município, a gestão pública deve motivar a cooperação dos atores do turismo, visando ao desenvolvimento local e regional (Conceição et al., 2019; Trindade et al., 2019).

A governança é compreendida, portanto, como a atuação conjunta entre o poder público e stakeholders, como agentes da iniciativa privada e do terceiro setor, interessados na elaboração, implementação, coordenação, monitoramento e avaliação das políticas públicas locais, objetivando solucionar problemas (Mediotte et al., 2020). Deste modo, neutralizam-se situações divergentes dos anseios desses atores (Conceição et al., 2019).

Trentin (2016) salienta que a diversidade de atores sociais, na tomada de decisão, se estabelece pela coordenação, por órgão que tenha poder de deliberação para projetar e operar o alcance das metas desejadas. Tal participação pode ocorrer por meio de conselhos, consórcios, associações, câmaras, *conventions bureaux*, universidades, entre outros (Coutinho & Nóbrega, 2019). A cooperação entre os atores, que atuam em rede, fundamenta-se na realização de objetivos comuns aos gestores das atividades e das organizações dos segmentos do sistema turístico (Fratucci, 2009; Kalaoum & Trigo, 2021).

A política de regionalização do turismo compreende a governança como “[...] descentralização do poder de decisão, com base na gestão democrática, a partir da participação social” (BRASIL, 2007). A principal vantagem consiste em oportunizar a participação da comunidade local no processo, possibilitando benefícios para a região (Coutinho & Nóbrega, 2019).

O conceito aplica-se ao turismo; diversos atores dos setores públicos e privados atuam no processo de planejamento, elaboração, estabelecimento de metas e gestão das políticas públicas do setor (Bramwell, 2006; Dredge, 2006; Emmendoerfer, Mediotte, Santos, 2022). A criação do conselho de turismo é estratégia importante; trata-se da instância de governança municipal (IGM) de turismo.

2.3 As políticas públicas e o modelo dos múltiplos fluxos

Por políticas públicas entendem-se as ações e as estratégias realizadas pelo poder público, visando ao desenvolvimento socioeconômico. O governo identifica as prioridades, planeja e administra os recursos públicos, destinando-os a atender às necessidades da população (Matos & Dias, 2013).

A partir do reconhecimento dos problemas públicos, são estabelecidas as prioridades e são definidas soluções, visando à sua inserção na agenda governamental (Subirats, 2006). Tais ações devem ser realizadas pelos diversos setores da administração pública, formulando-se políticas públicas coerentes (Kingdon, 2003; Cirino et al., 2021).

O modelo elaborado por Kingdon (2003), apresenta três diferentes fluxos de informações e fatores antecedentes à formulação de políticas públicas, que influenciam na definição de

prioridades na elaboração da agenda, a saber: o fluxo dos problemas, o fluxo das políticas públicas e o fluxo político.

No fluxo dos problemas, observam-se as questões sociais. Os formuladores de políticas públicas (atores visíveis, como presidente, parlamentares, ministros, burocratas, e grupos de interesse) elencam e destacam as prioridades por relevância e urgência: a) indicadores da realidade e necessidades locais; b) eventos-foco, que despertam a atenção para determinado problema; c) feedbacks de programas já existentes.

O fluxo político consiste nas negociações entre os atores visíveis, diante dos problemas apresentados. São elementos influenciadores: a) o humor nacional, que sinaliza repercussão do problema, atraindo o interesse de diferentes pessoas ou grupos, evidenciando-os; b) as forças políticas organizadas, relações políticas e opiniões dos atores envolvidos; c) as mudanças internas no governo, alterações ou substituições de gestores, que afetam diretamente as tomadas de decisão.

O fluxo das políticas públicas envolve a participação dos atores invisíveis (servidores públicos, consultores, pesquisadores e acadêmicos), elaborando e analisando as propostas, em busca da solução mais conveniente para o problema. Para tanto, consideram-se: a) a viabilidade técnica para a execução das ações propostas; b) a harmonia com os valores da comunidade de especialistas, formada pelo grupo de atores invisíveis a analisar o problema; c) a percepção antecipada das restrições inerentes à execução das ações propostas, sejam elas orçamentária, de aceitação popular, ou de receptividade política.

Em determinado momento, esses três fluxos convergem, possibilitando a inclusão do problema em questão, bem como a solução proposta, na agenda. Esse é, segundo Kingdon (2003), o momento de abertura da janela de oportunidades. Portanto, a janela de políticas públicas resulta do reconhecimento do problema público, da apresentação de sua solução, e da existência de relações políticas propícias para recebê-lo, no ato de sua admissão na agenda, conforme apresentado na figura 1. A inclusão do problema na agenda de governo, é intermediada pelo empreendedor de políticas, dotado de habilidades de negociação e conexões políticas, que conecta os fluxos múltiplos na janela de oportunidades, dispondo de recursos como tempo, energia e reputação.

Figura 1
Síntese do Modelo dos Múltiplos Fluxos



Fonte: Adaptado de Nascimento, Simonian & Farias Filho (2016a e 2016b)

O modelo dos múltiplos fluxos pode ser considerado, portanto, uma possibilidade para se compreender as relações entre os diferentes atores, no que concerne à elaboração das políticas públicas. Deste modo, optou-se pela aplicação desse modelo à realidade da governança do turismo de Aparecida.

3. Método

Com base no Modelo dos Múltiplos Fluxos, analisa-se a relação entre os atores da governança de Aparecida, mediante análise documental e entrevistas semiestruturadas, identificando-se elementos-chave na elaboração da agenda de políticas voltadas para o setor. Estudos realizados por Nascimento, Simonian e Farias Filho (2016a, 2016b) apresentaram procedimento semelhante para observação da participação dos atores nas políticas públicas do turismo, nos estados do Amazonas e do Pará.

Ambos os estudos investigaram a articulação dos diferentes stakeholders nesse processo, diante do contexto social e político no qual foram elaborados. O modelo teórico dos múltiplos fluxos possibilitou verificar as particularidades do destino, influenciadas pelo segmento turístico local, as relações entre atores visíveis e invisíveis e, sobretudo pelos problemas emergentes. Portanto, tal procedimento metodológico mostrou eficácia na análise do planejamento estratégico para o turismo nos dois estados em questão.

Visando à aplicabilidade do método, realizou-se a análise documental do Plano Diretor de Turismo (PDTR) 2021-2024 do Município de Aparecida, que apresenta elementos norteadores para a gestão turística municipal no período citado. Na pesquisa documental, buscam-se organizar informações dispersas, em fontes confiáveis, ainda não tratadas de modo a fazerem parte de um escopo de uma pesquisa acadêmica, conferindo-lhe uma nova importância como fonte de consulta (Gil, 2002).

Para maior consistência da pesquisa, as entrevistas com representantes da governança do turismo de Aparecida possibilitaram coleta de dados que não haviam sido obtidos em registros ou fontes documentais. As entrevistas foram realizadas mediante a assinatura de um termo de consentimento livre e esclarecido, cujos áudios foram gravados, e posteriormente transcritos para a realização deste trabalho.

Foram selecionados membros do Conselho Municipal de Turismo (Comtur) de Aparecida, que participaram do processo de revisão do PDTR: 1) ex-Secretário Municipal de Turismo; 2) atual Secretária Municipal de Turismo do Município; 3) Presidente do Comtur; 4) Secretária Executiva do Comtur; 5) Representante da Pastoral do Turismo no Comtur; 6) Representante do Santuário Nacional de Aparecida no Comtur; 7) Turismólogo que coordenou os trabalhos de elaboração do PDTR 2021-2024.

A definição dos sujeitos entrevistados considerou os seguintes documentos, complementares à pesquisa documental do PDTR: a) Lei municipal de nº 4.375/2021 de 23 de novembro de 2021, sobre a reestruturação do Comtur; b) Portaria nº 754/2021, de 02 de dezembro de 2021, com a nomeação dos membros e da presidência do Comtur.

As categorias de análise para a pesquisa seguiram os critérios do modelo dos múltiplos fluxos: a) fluxo dos problemas, com as variáveis: indicadores e eventos-foco; b) fluxo de políticas públicas, com as variáveis: viabilidade técnica, harmonia com os valores das comunidades de especialistas e antecipação de restrições; c) fluxo político, com as variáveis: humor municipal, mudanças no governo e forças políticas organizadas.

4. Resultados e Discussão

Utilizando-se dos parâmetros indicados pelo Mapa do Turismo Brasileiro, no ano 2022, o município de Aparecida pertence à “Região Turística da Fé”, juntamente com os municípios de Cachoeira Paulista, Canas, Cunha, Guaratinguetá, Lagoinha, Lorena, Piquete, Potim, Roseira e Tremembé. O município, classificado como estância turística, deve apresentar, a cada triênio, seu Plano Diretor de Turismo Revisional (PDTR), que orienta as ações da pasta em sua gestão, e prevê ações de capacitação e maior envolvimento dos representantes dos segmentos no turismo, localmente e regionalmente.

O PDTR destaca a importância do fortalecimento do Comtur, como forma de representatividade de todos os atores envolvidos no setor, sendo “um órgão consultivo, deliberativo e de assessoramento do Poder Executivo Municipal, que tem por objetivo opinar, sugerir, indicar e propor medidas, que tenham, por finalidade, o desenvolvimento da atividade turística no município da Estância Turística” (Aparecida, 2020).

As políticas públicas voltadas para o turismo no município de Aparecida, estão contempladas no PDTR 2021-2024. O documento, elaborado com a consultoria de uma empresa consultora contratada, apresenta o resultado do estudo da demanda turística do município, a análise dos atrativos locais e as diretrizes a serem seguidas para o desenvolvimento do setor, além da reestruturação do Comtur. A síntese do documento é apresentada no Quadro 1.

Quadro 1

Síntese do PDTR 2021-2024 do Município de Aparecida

Identificação	Caracterização
Documento Base	Plano Diretor de Turismo Revisional
Metodologia do processo de formulação	Metodologia Participativa mediada por empresa contratada Encontros / Oficinas Grupos temáticos de Trabalho Visitas técnicas Análise SWOT Elaboração de Diretrizes e Propostas de ação
Participantes do processo de formulação	Governo municipal (Prefeitura e secretarias) Sociedade Civil (Comtur Municipal) Trade Turístico (Comtur Municipal) Empresa contratada
Estrutura do Plano	Estudos Preliminares - Apresentação / metodologia Inventário Turístico / Diagnóstico Prognóstico / Análises e Propostas Validação do PDTR no Comtur e na Câmara Municipal
Síntese de Propostas	11 diretrizes estratégicas 40 propostas de ação.

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em Aparecida (2022)

Nota-se que o documento apresenta uma estrutura lógica e concisa, composta por prognóstico, pesquisas e análises, que fundamentam as diretrizes estratégicas. Deste modo, têm-se os indicadores da participação dos atores da governança do turismo no município, com base no

documento analisado e na abordagem direta aos representantes, por meio da aplicação das entrevistas semiestruturadas.

4.1 A participação dos atores da governança do turismo no PDTR de Aparecida

A utilização da análise documental e das informações obtidas através das entrevistas realizadas possibilitaram a análise da participação dos atores da governança do turismo de Aparecida, na gestão e no planejamento turístico local, por meio da observação do processo de elaboração do PDTR 2021-2014. Para tanto, o material foi examinado sob a perspectiva do modelo teórico dos múltiplos fluxos, cujos resultados são apresentados a seguir.

Verificou-se que, no estabelecimento da agenda, houve a participação dos atores visíveis, dos setores público e privado, nas câmaras temáticas, em que foram discutidos aspectos fundamentais do PDTR, bem como das audiências públicas para a sua aprovação.

Percebe-se a existência do processo de especificação das alternativas, com a participação de atores invisíveis, coordenado pelo gestor (turismólogo) da empresa de consultoria, contratada para a elaboração do plano, destacando-se a realização da análise SWOT, como etapa norteadora para a definição das diretrizes estratégicas. A atuação conjunta desses atores, em todo o processo, está clara na introdução do documento.

De acordo com as características apresentadas, o Secretário Municipal de Turismo coordenou as políticas públicas, articulando-se politicamente para conectar os fluxos - dos problemas, político e de políticas públicas - na janela de políticas públicas, possibilitando, assim, elaboração do PDTR e de sua agenda. A Secretária de Turismo relata: “Eu tenho o poder da caneta, mas atuo sozinha. O plano diretor vem como uma diretriz para que todos possam ser parceiros, entendam os problemas que ocorrem em Aparecida, e todos têm a oportunidade também de contribuir para solucionar esses desafios”.

Verifica-se a cooperação dos representantes dos setores públicos e dos segmentos turísticos, na rearticulação do Comtur. Anexa ao PDTR, está a ata da reunião de apresentação do plano e a lista de presenças na validação do citado documento. Os entrevistados mostram-se conscientes da importância da articulação do Comtur. A Secretária Executiva relata a atuação fiscalizadora do órgão, atento à execução de ações propostas como, por exemplo, no acompanhamento da construção de um atrativo turístico: “nós pedimos para avaliar o monumento, qual é essa estrutura, como é que ela vai ser”.

O consultor, turismólogo, que coordenou o processo, explica que o Comtur é “um retrato da participação social”, pois, além de consultivo, possui caráter deliberativo, sendo necessária sua aprovação para captação de verbas públicas para projetos no setor”. O ex-Secretário de Turismo reitera a informação: “o Comtur possui caráter consultivo e fiscalizador em todos os projetos do setor, e deliberativo, podendo enviar ao poder executivo, projetos de utilização de verbas públicas”.

No fluxo dos problemas, percebe-se o feedback dos programas anteriores, sendo este plano revisional ao elaborado em 2017. Segundo o turismólogo, foram analisados e revisados projetos municipais anteriores para o prognóstico e as diretrizes dos planos de ação. O presidente do Comtur confirma: “o plano foi revisional, tínhamos o anterior, e esse, como houve mais participação, revisou muita coisa, muita coisa foi mantida, mas muita coisa nova entrou”. Foram, também, consideradas informações contidas no Plano de Desenvolvimento Turístico da Região Turística da Fé, elaborado em 2019.

Além disso, são perceptíveis indicadores, como: a) o inventário turístico, dos serviços como hospedagem e alimentação; b) o conhecimento do universo dos turistas, através da pesquisa de

demanda; c) a avaliação e classificação dos atrativos turísticos, por meio de visitas técnicas. De acordo com a Secretária Executiva do Comtur, “(...) foi muito importante trabalhar de uma forma aberta, com todos os grupos participando efetivamente, visitando o local, avaliando o atrativo e buscando uma ação conjunta para a melhoria”.

O PDTR faz referência à Covid-19, e as informações das entrevistas indicam que o impacto da pandemia pode ser considerado um evento-foco, que mobilizou a população e os membros do Comtur para uma melhor organização do setor, principal fonte de receita para o município. O ex-secretário de Turismo lamenta que, com a pandemia, os mais de dois mil ambulantes que trabalham na feira, grande atrativo local, viram-se em situação precária, dependendo de doações de cestas básicas.

Vale considerar que, no ano de 2020, houve expressiva diminuição no número de visitantes, justificada pelas medidas de contenção da pandemia da Covid-19. O Santuário permaneceu fechado no período de março a agosto deste ano. Após esse período, manteve seu atendimento limitado, com retomada gradativa no ano de 2021. O número de visitantes que o centro religioso recebeu em 2020 foi 75% menor, comparado ao ano anterior. O número de visitantes entre 1 de janeiro e 15 de março de 2020, período imediatamente anterior ao lockdown, foi de 1.546.322, enquanto, de 16 de março a 31 de dezembro do mesmo ano, período de vigência da quarentena, foi de 1.824.805 (Cruz e Santos Jr, 2022).

Segundo o representante da Pastoral do Turismo no Comtur, “(...) por causa da pandemia, muita gente não veio visitar o Santuário, então, a cidade parou. Houve caos na cidade... ela não tem outra fonte de renda que não seja do turismo”. Em consonância, o Presidente do Comtur afirma: “sem o turismo, sem a questão econômica que vem do turismo, para tudo, a pandemia já deu uma prova disso”. A Secretária Executiva confirma a repercussão da pandemia, como evento-foco, afirmando que, em momentos de necessidade, a sociedade mostrou-se mais participativa.

Quanto ao fluxo político, os depoimentos dos sujeitos entrevistados indicam o humor municipal para a necessidade de desenvolver o setor. Relatam que a pandemia evidenciou a dependência municipal da atividade turística que, até o momento, concentra-se no território do Santuário Nacional de Aparecida. O ex-secretário de Turismo comenta que, em Aparecida, há duas realidades: “a Aparecida que deu certo, o território do Santuário, com a estrutura onde o turista tem tudo o que ele precisa; e a Aparecida que está tentando dar certo. O grande desafio é fazer o turista sair dos muros do Santuário para fora”.

Para a Secretária Executiva do Comtur, “existe uma realidade dentro dos muros do Santuário e uma externa. Então, eu acho que existe esse relacionamento, [entre as duas realidades], mas eu acho que ele pode ser intensificado. Pode e deve”. O Presidente do Comtur também critica: “vou ser bem sincero, estamos aquém ainda. O que acontece [com relação à atividade turística], hoje, ainda é por uma boa administração, uma boa infraestrutura do Santuário (...), precisamos crescer para fora dos muros do Santuário”. O representante do Santuário Nacional confirma. De acordo com a sua perspectiva, o Santuário consegue desenvolver sua estrutura com agilidade ao passo que, os projetos públicos encontram entraves burocráticos.

Ao longo do processo de construção do PDTR, não foram identificadas alterações na gestão pública. Nota-se, porém, que, no início de 2022, após a sua validação, houve alterações na Secretaria de Turismo. Em março de 2022, houve, também, a posse da nova diretoria do Comtur. Os membros da nova gestão participaram da construção do PDTR e, segundo seus relatos, há muito empenho em acompanhar a execução dos planos de ação indicados.

Percebe-se, no teor do PDTR, nas análises dos entrevistados, esforços para atuação de forma organizada. O ex-Secretário de Turismo enfatiza que o órgão congrega cerca de 20 entidades, entre elas, o Sindicato dos Hotéis e a Associação dos Guias de Turismo, representantes dos restaurantes

e dos atrativos turísticos, além de representações da saúde, da cultura, do meio ambiente e da segurança. A Secretária Executiva do Comtur explica que o órgão busca trabalhar em sintonia com as Secretarias, além da Câmara de Vereadores, observando as prioridades setoriais, em projetos que viabilizem a melhoria da infraestrutura e dos serviços municipais.

Com relação ao fluxo de políticas públicas, percebe-se a elaboração de diretrizes e ações com viabilidade técnica, sobretudo, pela atuação de um turismólogo da empresa de consultoria contratada para coordenar as etapas da revisão do PDTR, da aplicação da pesquisa de demanda, das visitas técnicas e da análise SWOT. Consideram-se, também, o trabalho para o embasamento legal do plano e as diretrizes em consonância com o desenvolvimento municipal, objetivando maior efetividade em sua execução. De acordo com o turismólogo: “a gente teve esse cuidado também de uma forma geral nesse plano, então, além da questão técnica, a questão legal e a questão da participação de conselhos, de entidades e empresários nesse processo, junto ao executivo”.

Existe harmonia com os valores das comunidades de especialistas da área do turismo, e a intenção de trabalhar em conjunto com especialistas de outras áreas, por meio da possibilidade de participações no Comtur. Todavia, segundo a Portaria nº 754/2021, ainda não há manifestação de alguns membros importantes para a sua composição, como por exemplo, um representante dos engenheiros e urbanistas. O turismólogo afirma que, de fato, a participação ativa da população, em suas representações no Comtur, costuma ser um desafio para a maioria dos municípios. A atual Secretária de Turismo atribui essa dificuldade ao fato de os munícipes não se dedicarem com tanto afinco, ao trabalho, que é voluntário. Ainda assim, relata que a nova configuração do Comtur tem se mostrado mais participativa.

Importante notar que, apesar de apresentar a análise SWOT e a elaboração de diretrizes, o PDTR não contempla possíveis restrições ou limitações orçamentárias, de receptividade política ou de aceitação pelo poder público para a sua realização. Por fim, tratando-se do principal destino turístico religioso do Brasil, pressupõe-se que a Igreja Católica, representada pelo Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida, seja um importante ator a ser observado. Nesse sentido, no discurso dos entrevistados, há clara distinção entre a administração do Santuário Nacional e a administração dos outros atrativos turísticos do município.

O Santuário possui uma estrutura acolhedora, organização própria, praticamente, uma cidade à parte. Há participação do Santuário Nacional no Comtur, sobretudo, para receber sugestões de melhorias a serem realizadas no próprio empreendimento religioso. O representante do Santuário confirma que, internamente, o empreendimento religioso trabalha com pesquisas e indicadores visando conhecer e atender melhor os romeiros.

A Secretária Executiva do Comtur orgulha-se da existência de elementos como acessibilidade, tecnologia e profissionalismo no Santuário. Para a atual Secretária de Turismo, é um exemplo a ser seguido por toda a cidade, mas lamenta o fato de os turistas não buscarem conhecer os outros atrativos externos. Essa é uma das prioridades de sua gestão. Ambas entendem que o município não deve “andar à sombra do Santuário”, mas sim acompanhar seu desenvolvimento.

De acordo com o representante da Pastoral do Turismo no Comtur, o Santuário “trata a cidade com carinho, mas não adota a cidade, pois já tem os seus problemas, a sua administração própria”. Nesse sentido, há consonância dos entrevistados, ao reconhecerem os benefícios da existência do Santuário, com geração de empregos a aproximadamente duas mil pessoas, e fomento à profissionalização, além de alguns suportes sociais ao município.

A síntese das análises, pela aplicação do modelo dos múltiplos fluxos, ao processo de elaboração do PDTR 2021-2024, apresenta-se no Quadro 2.

Quadro 2

O PDTR de Aparecida (SP), com base Modelos dos Múltiplos Fluxos

Indicadores do Modelo dos Múltiplos Fluxos		Identificações resultantes da pesquisa
Estabelecimento de agenda	Participantes visíveis	- Reuniões em câmaras temáticas - Audiências públicas para aprovação do plano
Especificação de alternativas	Participantes invisíveis	- Prognóstico e Análise SWOT - Diretrizes estratégicas
Fluxo dos Problemas	Indicadores	- Inventário turístico - Pesquisa de demanda - Avaliação dos atrativos turísticos
	Eventos-foco	- Pandemia Covid-19
	<i>Feedback</i> sobre programas	- Caráter revisional do Plano
Fluxo Político	Clima ou humor nacional	- Desenvolver o setor além do Santuário
	Mudanças no governo	- Mudança de secretário de Turismo - Nova gestão do Comtur
	Forças políticas organizadas	- Identificadas no plano
Fluxo de Políticas Públicas	Viabilidade Técnica	- Participação da empresa consultora - Definição de ações de curto, médio e longo prazo
	Harmonia com valores da comunidade de especialistas	- Identificada e mencionada no plano
	Antecipação de restrições	- Não identificada no plano
Empreendedor de Políticas		- Secretário Municipal de Turismo
Mudança de agenda		- Validação das diretrizes propostas no plano

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

5. Conclusões

O objetivo deste artigo, analisar as participações dos atores na gestão e no planejamento do turismo em Aparecida, bem como nas políticas públicas municipais de turismo, foi cumprido, em razão dos conteúdos produzidos pelas entrevistas com os atores representativos do destino religioso, Aparecida (SP). As análises desses atores são significativas, pois mostram convergência de interesses na consolidação da governança municipal do turismo, representada pelo Comtur.

Considera-se que a utilização do modelo dos múltiplos fluxos, aplicada no âmbito turístico, revela-se um procedimento eficaz para o detalhamento do processo de elaboração das políticas públicas para o setor, a articulação entre os diferentes stakeholders, e compreensão do cenário político e social em que estão sendo discutidas.

A aplicação do modelo dos múltiplos fluxos mostrou, no processo revisional do Plano Diretor de Turismo municipal, a participação de atores visíveis, possibilitando melhor atuação, diante do surgimento dos fluxos, de problemas, de políticas públicas e político. O PDTR representa a janela de oportunidades para as políticas públicas, viabilizando, assim, a inclusão das diretrizes estratégicas e dos planos de ação propostos na agenda.

Verifica-se, em síntese, que houve conquistas no fortalecimento da instância de governança do turismo local, representada pelo Comtur, uma vez que os sujeitos entrevistados expressaram satisfação com o estreitamento das relações entre os atores, em razão da construção participativa do PDTR 2021-2024 e da reestruturação do Conselho.

Nesse sentido, apresenta-se, como desafio, a conscientização dos munícipes a terem maior participação, sobretudo, a ocupar as representações ainda faltantes. Este estudo limitou-se a abordar os representantes da governança do turismo municipal, e, portanto, sugere-se um estudo posterior voltado às percepções da população, diante da atividade turística local, visando à sua participação política.

Outro desafio evidenciado é a necessidade de que o turismo local transcenda os limites do território do Santuário Nacional, incentivando o empreendedorismo e proporcionando maior desenvolvimento socioeconômico em todo o território municipal. O presente artigo atesta que o turismo religioso impacta diretamente o plano gestor municipal. Todavia, o aprofundamento de estudos, por meio de análise de indicadores, é sugerido como possibilidade de avanço da pesquisa.

O município de Aparecida é peculiar, em razão de sua história, que se vincula ao fenômeno religioso, tornando-o, economicamente, dependente do turismo. Não há como tratar do turismo, no município, sem associá-lo ao Santuário. A pesquisa indica que a participação ativa de diferentes atores é fundamental para um melhor resultado, na elaboração de políticas e na gestão do destino turístico. É necessário um trabalho continuado pelo Comtur, para que as ações políticas voltadas ao turismo sejam mais efetivas, uma vez que o órgão possui caráter consultivo, deliberativo e fiscalizador.

Por fim, este trabalho não tem caráter conclusivo, uma vez que se limita à observação de um único destino. Deste modo, uma possibilidade de avanço consiste no monitoramento do destino, a fim de acompanhar a gestão da instância de governança municipal em um recorte temporal. Para novas pesquisas, sugere-se a aplicação do método em outros destinos de turismo religioso, visando a realizar análises comparativas, avançando assim no processo de generalização teórica acerca da importância do segmento turístico estudado.

Além disso, considera-se como possibilidade a aplicação dos mesmos procedimentos metodológicos em outros municípios turísticos com diferentes segmentações turísticas, aprofundando a discussão acadêmica referente às instâncias de governança. É fundamental aplicar o modelo ao âmbito regional, no caso, à análise da gestão da Região Turística da Fé. O presente

estudo não objetivou aprofundar a análise da interferência das esferas estadual e federal do turismo, na elaboração do PDTR, o que representa outra possibilidade de avanço das pesquisas.

Referências

- ABEOC. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE EVENTOS (2016, OUTUBRO, 27). POTENCIAL DO TURISMO RELIGIOSO AINDA É POUCO EXPLORADO NO BRASIL - ABEOC BRASIL. [HTTPS://ABEOC.ORG.BR/2016/10/POTENCIAL-DO-TURISMO-RELIGIOSO-AINDA-E-POUCO-EXPLORADO-NO-BRASIL/](https://abecoc.org.br/2016/10/potencial-do-turismo-religioso-ainda-e-pouco-explorado-no-brasil/) ACESSO EM 14 DE ABRIL DE 2022
- ANTUNES, A. C. G. (2017). A HOSPITALIDADE E A OFERTA DE SERVIÇOS NO TURISMO RELIGIOSO: O CASO DO SANTUÁRIO NACIONAL DE APARECIDA. DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM HOSPITALIDADE, UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI. [HTTPS://BDTD.IBICT.BR/VUFIND/RECORD/ANHE_A14233B97C981E1CA9741E5D1A9827DD](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/ANHE_A14233B97C981E1CA9741E5D1A9827DD)
- ALVAREZ, R. (2017) APARECIDA: A BIOGRAFIA DA SANTA QUE PERDEU A CABEÇA, FICOU NEGRA, FOI ROUBADA, COBIÇADA PELOS POLÍTICOS E CONQUISTOU O BRASIL. 2 Ed. SÃO PAULO: GLOBO.
- ARAGÃO, I., & MACEDO, J. R. (2011). TURISMO RELIGIOSO, PATRIMÔNIO E FESTA: NOSSO SENHOR DOS PASSOS NA CIDADE SERGIPANA DE SÃO CRISTÓVÃO. CADERNO VIRTUAL DE TURISMO, 11(3), 399–414. [HTTP://WWW.IVT.COPPE.UFRJ.BR/CADERNO/INDEX.PHP/CADERNO/ARTICLE/VIEW/611/306](http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/611/306)
- ARÁUJO, W. A., GONÇALVES, C. F., LINS, I. O., & COSTA, P. A. D. (2020). TURISMO SUSTENTÁVEL E INDICADORES ECONÔMICOS E VISUAIS DA PAISAGEM. REVISTA TURISMO EM ANÁLISE, 31(2), 339–357. [HTTPS://DOI.ORG/10.11606/ISSN.1984-4867.V31I2P339-357](https://doi.org/10.11606/ISSN.1984-4867.v31i2p339-357)
- BARBOSA, I. F. (2016). A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM APARECIDA - SP: AGENTES E PROCESSOS DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA. UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, RIO DE JANEIRO. [HTTP://WWW.PPG.UFF.BR/WP-CONTENT/UPLOADS/2017/04/IVO_DISS.PDF](http://www.ppg.uff.br/wp-content/uploads/2017/04/Ivo_DISS.PDF)
- BENI, M. C. (1999). POLÍTICA E ESTRATÉGIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: PLANEJAMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DO TURISMO. REVISTA TURISMO EM ANÁLISE, 10(1), 7. [HTTPS://DOI.ORG/10.11606/ISSN.1984-4867.V10I1P7-17](https://doi.org/10.11606/ISSN.1984-4867.v10i1p7-17)
- BENI, M. C. (2001). ANÁLISE ESTRUTURAL DO TURISMO. SÃO PAULO: SENAC
- BENI, M. C. (2006). POLÍTICA E PLANEJAMENTO DO TURISMO NO BRASIL. SÃO PAULO: ALEPH.
- BRAMWELL, B. ACTORS, POWER, AND DISCOURSES OF GROWTH LIMITS. (2006). ANNALS OF TOURISM RESEARCH, 33 (4), 957-978. [HTTPS://DOI.ORG/10.1016/J.ANNALS.2006.04.001](https://doi.org/10.1016/j.annals.2006.04.001)
- BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. (2006). SEGMENTAÇÃO DO TURISMO: MARCOS CONCEITUAIS. SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE TURISMO (SEM CONFIRMAÇÃO DE DATA). [HTTPS://WWW.GOV.BR/TURISMO/PT-BR/CENTRAIS-DE-CONTEUDO-/PUBLICACOES/SEGMENTACAO-DO-TURISMO](https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/segmentacao-do-turismo)
- BRASIL MINISTÉRIO DO TURISMO. (2007). INTRODUÇÃO À REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO. ROTEIROS DO BRASIL – PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO. [HTTP://WWW.REGIONALIZACAO.TURISMO.GOV.BR/IMAGES/ROTEIROS_BRASIL/INTRODUCAO_A_REGIONALIZACAO_DO_TURISMO.PDF](http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros_brasil/introducao_a_regionalizacao_do_turismo.pdf)
- CESAR, P. A. B., & VIANNA, A. A. (2015). APARECIDA (SP): A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO ATRATIVO RELIGIOSO. CADERNO VIRTUAL DE TURISMO, 15(2), 149–166. [HTTPS://WWW.REDALYC.ORG/PDF/1154/115443158005.PDF](https://www.redalyc.org/pdf/1154/115443158005.pdf)

- CHUVA, S. (2017, FEVEREIRO BRUARY 13). TURISMO RELIGIOSO JÁ MOVIMENTA R\$ 15 BILHÕES E ATRAI QUASE 18 MILHÕES DE PESSOAS. MERCADO & EVENTOS. [HTTPS://WWW.MERCADOEVENTOS.COM.BR/NOTICIAS/DESTINOS/TURISMO-RELIGIOSO-JA-MOVIMENTA-R-15-BILHOES-E-ATRAI-QUASE-18-MILHOES-DE-PESSOAS/](https://www.mercadoeventos.com.br/noticias/destinos/turismo-religioso-ja-movimenta-r-15-bilhoes-e-atrai-quase-18-milhoes-de-pessoas/) ACESSO EM 12 DE ABRIL DE 2022
- CIRINO, A. L. C., SILVA, L. N., & MELO, J. R. R. (2021). COMPREENDENDO A AGENDA-SETTING E O MODELO DOS MÚLTIPLOS FLUXOS DE JOHN KINGDON. REVISTA DO INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE MARÍLIA, 7(1), 119–132. [HTTPS://DOI.ORG/10.36311/2447-780x.2021.v7.n1.p119-132](https://doi.org/10.36311/2447-780x.2021.v7.n1.p119-132)
- COLLINS-KREINER, N. (2010). RESEARCHING PILGRIMAGE: CONTINUITY AND TRANSFORMATIONS. ANNALS OF TOURISM RESEARCH, 37(2), 440–456. [HTTPS://DOI.ORG/10.1016/J.ANNALS.2009.10.016](https://doi.org/10.1016/j.annals.2009.10.016)
- CONCEIÇÃO, C. C. (2020). MODELO ANALÍTICO DE GOVERNANÇA REGIONAL DE TURISMO - MAGRET. REVISTA BRASILEIRA DE PESQUISA EM TURISMO, 14(2), 123–138. [HTTPS://DOI.ORG/10.7784/RBTUR.V14I2.1822](https://doi.org/10.7784/rbtur.v14i2.1822)
- CONCEIÇÃO, C. C., DOS ANJOS, F. A. & DOS ANJOS, S. J. G. (2019). POWER RELATIONSHIP IN THE GOVERNANCE OF REGIONAL TOURISM ORGANIZATIONS IN BRAZIL. SUSTAINABILITY (SWITZERLAND), 11(11), 1–15. [HTTPS://DOI.ORG/10.3390/SU11113062](https://doi.org/10.3390/su11113062)
- COUTINHO, A. C. A. & NÓBREGA, W. R. DE M. (2019). GOVERNANÇA EM DESTINOS TURÍSTICOS: DESAFIOS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA. REVISTA BRASILEIRA DE PESQUISA EM TURISMO, 13(3), 55–70. [HTTPS://DOI.ORG/10.7784/RBTUR.V13I3.1543](https://doi.org/10.7784/rbtur.v13i3.1543)
- CRUZ, B. S. & SANTOS JUNIOR, J. J. (2022). A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE O TURISMO RELIGIOSO E A COVID-19: UMA PESQUISA BIBLIOMÉTRICA ENTRE OS ANOS 2015 A 2021. REVISTA DE TURISMO CONTEMPORÂNEO, 10(1), 4–26. [HTTPS://DOI.ORG/10.21680/2357-8211.2022v10n1iD26123](https://doi.org/10.21680/2357-8211.2022v10n1iD26123)
- DREDGE, D. (2006). POLICY NETWORKS AND THE LOCAL ORGANIZATION OF TOURISM. TOURISM MANAGEMENT, 27 (2), 269–280. [HTTPS://DOI.ORG/10.1016/J.TOURMAN.2004.10.003](https://doi.org/10.1016/j.tourman.2004.10.003)
- EMMENDOERFER, M. L.; MEDIOTTE, E. J.; SANTOS, Y. T. (2022). GOVERNANÇA PÚBLICA NO TURISMO: POLISSEMIA, REFLEXÕES E IMPLICAÇÕES. ATELIÊ GEOGRÁFICO, [S. L.], 16 (1), 24–49. [HTTPS://DOI.ORG/10.5216/AG.V16I1.69253](https://doi.org/10.5216/ag.v16i1.69253)
- EMMENDOERFER, M. L., TRENTIN, F., PONTÓN, M. B. Z., SILVA JÚNIOR, A. C., & PONTÓN, R. G. Z. (2021). DESTINOS TURÍSTICOS E DESENVOLVIMENTO: O QUE FOI PUBLICADO PELA COMUNIDADE CIENTÍFICA NO BRASIL ANTES DA PANDEMIA COVID-19? NAVUS, 11, 1–13. [HTTPS://NAVUS.SC.SENAC.BR/NAVUS/ARTICLE/VIEW/1596/PDF](https://navus.sc.senac.br/navus/article/view/1596/pdf)
- FRATUCCI, A. C. (2009). REFLETINDO SOBRE A GESTÃO DOS ESPAÇOS TURÍSTICOS: PERSPECTIVAS PARA AS REDES REGIONAIS DE TURISMO. TURISMO EM ANÁLISE, SÃO PAULO, 20(3), 391–408. [HTTPS://DOI.ORG/10.11606/ISSN.1984-4867.V20I3P391-408](https://doi.org/10.11606/ISSN.1984-4867.v20i3p391-408)
- GIL, A. C. (2002). COMO ELABORAR PROJETOS DE PESQUISA (4 ED.). SÃO PAULO: ATLAS.
- GODINHO, R. G. (2018). CARTOGRAFIA DOS ESPAÇOS DE USO TURÍSTICO DE TRINDADE, APARECIDA, E SANTIAGO DE COMPOSTELA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA A PARTIR DO TURISMO RELIGIOSO. TESE DE DOUTORADO EM GEOGRAFIA HUMANA, FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. [HTTPS://WWW.TESES.USP.BR/TESES/DISPONIVEIS/8/8136/TDE-17092019-153432/PT-BR.PHP](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/TDE-17092019-153432/PT-BR.PHP)
- GONÇALVES, C. C. S., FARIA, D. M. C. P., HORTA, T. A. P. (2020). METODOLOGIA PARA MENSURAÇÃO DAS ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DO TURISMO: UMA APLICAÇÃO PARA O BRASIL E SUAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO. REVISTA BRASILEIRA DE PESQUISA EM TURISMO, SÃO PAULO, 14 (3), p. 89-108, SET./DEZ. [HTTP://DX.DOI.ORG/10.7784/RBTUR.V14I3.1908](http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v14i3.1908)

- GUIMBELLI, E. (2019). RELIGIOUS TOURISM AND RELIGIOUS MONUMENTS: THE POLITICS OF RELIGIOUS DIVERSITY IN BRAZIL. *INTERNATIONAL JOURNAL OF LATIN AMERICAN RELIGIONS*, 3, 1-14. [HTTPS://DOI.ORG/10.1007/S41603-019-00084-0](https://doi.org/10.1007/s41603-019-00084-0)
- HALL, C. M. (2011). POLICY LEARNING AND POLICY FAILURE IN SUSTAINABLE TOURISM GOVERNANCE: FROM FIRST- AND SECOND ORDER TO THIRD-ORDER CHANGE? *JOURNAL OF SUSTAINABLE TOURISM*, 19(4-5), 649-671. [HTTPS://DOI.ORG/10.1080/09669582.2011.555555](https://doi.org/10.1080/09669582.2011.555555)
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2022). CIDADES, SÃO PAULO, APARECIDA, PANORAMA. [HTTPS://WWW.IBGE.GOV.BR/CIDADES-E-ESTADOS/SP/APARECIDA.HTML](https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/aparecida.html)
- KALAOUM, F., TRIGO, L. G. (2021) THEORETICAL REFLECTIONS ON PUBLIC GOVERNANCE AND TOURIST GOVERNANCE. *REVISTA ROSA DOS VENTOS*, 13(1), 71-89. [HTTPS://DOI.ORG/10.18226/21789061.V13I1P71](https://doi.org/10.18226/21789061.v13i1p71)
- KINGDON, J. W. (2003). *AGENDAS, ALTERNATIVES, AND PUBLIC POLICIES*. (3 ED.). HARPER COLLINS COLLEGE PUBLISHERS.
- LOPES, P. F. B. (2015). GESTÃO DE UM EPICENTRO CATÓLICO NO BRASIL: O CIRCUITO TURÍSTICO RELIGIOSO DO VALE DO PARAÍBA PAULISTA/SP. TESE DE DOUTORADO EM GEOGRAFIA, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. [HTTPS://SUCUPIRA.CAPES.GOV.BR/SUCUPIRA/PUBLIC/CONSULTAS/COLETA/TRABALHOCONCLUSAO/VIEWTRABALHOCONCLUSAO.JSF?POPUP=TRUE&ID_TRABALHO=2309842](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoconclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2309842)
- MAIO, C. A. (2004). TURISMO RELIGIOSO E DESENVOLVIMENTO LOCAL. *PUBLICAÇÃO UEPG, PONTA GROSSA*, v. 12, N. 1, P. 53-58, 2004. [HTTPS://REVISTAS.UEPG.BR/INDEX.PHP/HUMANAS/ARTICLE/VIEW/503](https://revistas.uepg.br/index.php/humanas/article/view/503)
- MANGIARDO, V. C. (2015). APARECIDA, PROFANA E DIVIDIDA: CONFLITOS SOCIOESPACIAIS NO MUNICÍPIO DE APARECIDA, SÃO PAULO, BRASIL. DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL. UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA., SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. [HTTPS://BIBLIOTECA.UNIVAP.BR/DADOS/000014/0000147A.PDF](https://biblioteca.univap.br/dados/000014/0000147A.PDF)
- MATOS, F., & DIAS, R. (2013). *GOVERNANÇA PÚBLICA: NOVO ARRANJO DE GOVERNO*. CAMPINAS: ALÍNEA.
- MEDIOTTE, E. J., EMMENDOERFER, M. L., & OLIVEIRA, G. DE A. (2020). A POLISSEMIA DA GOVERNANÇA PÚBLICA NOS ESTUDOS DO TURISMO. *REVISTA TURISMO EM ANÁLISE*, 31(1), 159-178. [HTTPS://DOI.ORG/10.11606/ISSN.1984-4867.V31I1P159-178](https://doi.org/10.11606/ISSN.1984-4867.V31I1P159-178)
- MOLINA, S. (2007). *FUNDAMENTOS DEL NUEVO TURISMO: DE LA FASE INDUSTRIAL A LA DE INOVACIÓN*. TRILLAS.
- MOREIRA NETO, P. R., GUIMARAES, A. C., & ZANETTI, V. R. (2020). FRONTEIRAS DA FÉ: DISPUTAS SOCIOESPACIAIS EM APARECIDA, TERRA DA PADROEIRA DO BRASIL. *ESPAÇO ABERTO*, 10(2), 107-127. [HTTPS://DOI.ORG/10.36403/ESPACOABERTO.2020.29786](https://doi.org/10.36403/ESPACOABERTO.2020.29786)
- MORENO, J. C. (2009). A AÇÃO DO SANTUÁRIO NACIONAL DE NOSSA SENHORA APARECIDA E O FOMENTO DO TURISMO RELIGIOSO. TESE DE DOUTORADO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. ESCOLA DE COMUNICAÇÃO E ARTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. [HTTPS://WWW.TESES.USP.BR/TESES/DISPONIVEIS/27/27148/TDE-19112010-084056/PT-BR.PHP](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27148/TDE-19112010-084056/PT-BR.PHP)
- NASCIMENTO, V. L. Q., SIMONIAN, L. T. L., & FARIAS FILHO, M. C. (2016A). OS PARTICIPANTES DA POLÍTICA PÚBLICA DE TURISMO DO PARÁ A PARTIR DO MODELO DE FLUXOS MÚLTIPLOS – 2007-2011. *REVISTA BRASILEIRA DE PESQUISA EM TURISMO*, 10(1), 129-151. [HTTPS://DOI.ORG/10.7784/RBTUR.V10I1.924](https://doi.org/10.7784/RBTUR.V10I1.924)
- NASCIMENTO, V. L. Q., SIMONIAN, L. T. L., & FARIAS FILHO, M. C. (2016B). POLÍTICA PÚBLICA DE TURISMO DO AMAZONAS A PARTIR DO MODELO DE FLUXOS MÚLTIPLOS. *CADERNO VIRTUAL DE TURISMO*, 16(1), 129-151. [HTTPS://DOI.ORG/10.18472/VT.16N1.2016.1055](https://doi.org/10.18472/vt.16N1.2016.1055)
- NOGUERO, F. T. (2019). *A HOSPITALIDADE NA BÍBLIA E NAS GRANDES RELIGIÕES*. SÃO PAULO: IDEIAS & LETRAS.

- OLIVEIRA, C. D. M. (1999). UM TEMPLO PARA A CIDADE-MÃE: A CONSTRUÇÃO MÍTICA DE UM CONTEXTO METROPOLITANO NA GEOGRAFIA DO SANTUÁRIO DE APARECIDA – SP. 1999. TESE (DOUTORADO EM GEOGRAFIA HUMANA) - FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.TESES.USP.BR/TESES/DISPONIVEIS/8/8136/TDE-23052017-111101/PT-BR.PHP](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/TDE-23052017-111101/PT-BR.PHP)
- PAES, T. A. A., LADEIRA, R., & LARocca, M. T. G. (2020). DESTINOS TURÍSTICOS E A SUA RELAÇÃO COM O PROCESSO DE COCRIAÇÃO DE VALOR E O MARKETING DE EXPERIÊNCIA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA. CADERNO VIRTUAL DE TURISMO, 20(1). [HTTP://DX.DOI.ORG/10.18472/CVT.20N1.2020.1757](http://dx.doi.org/10.18472/cvt.20n1.2020.1757)
- PREFEITURA DE APARECIDA. (2020, JUNE 16). COMTUR ELEGE NOVA DIRETORIA PARA O PRÓXIMO BIÊNIO. [HTTPS://WWW.APARECIDA.SP.GOV.BR/PORTAL/NOTICIAS/0/3/1451/COMTUR-ELEGE-NOVA-DIRETORIA-PARA-O-PROXIMO-BIENIO](https://www.aparecida.sp.gov.br/portal/noticias/0/3/1451/COMTUR-ELEGE-NOVA-DIRETORIA-PARA-O-PROXIMO-BIENIO) ACESSO EM 01 DE ABRIL DE 2022
- RINSCHEDI, G. (1992). FORMS OF RELIGIOUS TOURISM. ANNALS OF TOURISM RESEARCH, 19(1), 51–67. [HTTPS://DOI.ORG/10.1016/0160-7383\(92\)90106-Y](https://doi.org/10.1016/0160-7383(92)90106-Y)
- ROSENDAHL, Z. (2018). O SAGRADO E O URBANO: GÊNESE E FUNÇÃO DAS CIDADES. IN: UMA PROCISSÃO NA GEOGRAFIA, RIO DE JANEIRO: EDUERJ 47–75. [HTTPS://DOI.ORG/10.7476/9788575115015.0004](https://doi.org/10.7476/9788575115015.0004)
- SANTOS JUNIOR, J. J. (2023). AS RELAÇÕES ENTRE OS ATORES DA GOVERNANÇA DO TURISMO EM APARECIDA (SP) E A PARTICIPAÇÃO DA IGREJA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO DESTINO TURÍSTICO RELIGIOSO. DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO. DOI:10.11606/D.100.2023.TDE-06032023-091740. RECUPERADO EM 2023-09-21, DE WWW.TESES.USP.BR
- SARTORI, A. (2019). “UM PEDACINHO DA ITÁLIA” OU “TERRA DE SANTA PAULINA”? PLANEJAMENTO TURÍSTICO EM NOVA TRENTO-SC., 1990-2010. REVISTA ROSA DOS VENTOS -TURISMO E HOSPITALIDADE, 11(3), 679–694. [HTTPS://DOI.ORG/10.18226/21789061.V11I3P679](https://doi.org/10.18226/21789061.v11i3p679)
- SEN, A. (2000). DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE. SÃO PAULO: COMPANHIA DAS LETRAS.
- SILVA, C. A. O., & BARROSO, E. P. (2015). CULTURA E PATRIMÔNIO: FATORES DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO EM LUZIÂNIA-GO. CENÁRIO: REVISTA INTERDISCIPLINAR EM TURISMO E TERRITÓRIO, 3(4). [HTTPS://DOI.ORG/10.26512/REVISTACENARIO.V3I4.16531](https://doi.org/10.26512/REVISTACENARIO.V3I4.16531)
- SILVEIRA, E. J. S. DA. (2007). TURISMO RELIGIOSO NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA LOCAL E GLOBAL. REVISTA TURISMO EM ANÁLISE, 18(1), 33–51. [HTTPS://DOI.ORG/10.11606/ISSN.1984-4867.V18I1P33-51](https://doi.org/10.11606/ISSN.1984-4867.V18I1P33-51)
- SUBIRATS, J. (2006). DEFINICIÓN DEL PROBLEMA. RELEVANCIA PÚBLICA Y FORMACIÓN DE LA AGENDA DE ACTUACIÓN DE LOS PODERES PÚBLICOS. (PP. 199–218). IN: FERRAREZI, E. SARAIVA, E. (ORG.). POLÍTICAS PÚBLICAS: COLETÂNEA. ENAP, v.2
- TOMAZZONI, E. L. & BECK, DANIELA TINEO (2019). THE SOCIOECONOMIC POTENTIALS OF THE RELIGIOUS TOURISM OF THE STATE OF SÃO PAULO (BRAZIL). ADVANCES IN HOSPITALITY, TOURISM, AND THE SERVICES INDUSTRY. 1ED.: IGI GLOBAL, P. 275-289. [HTTPS://DOI.ORG/10.4018/978-1-5225-5730-2.CH015](https://doi.org/10.4018/978-1-5225-5730-2.ch015)
- TRENTIN, F. (2016). GOVERNANÇA TURÍSTICA EM DESTINOS BRASILEIROS: COMPARAÇÃO ENTRE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS / RJ, PARATY / RJ E BONITO / MS 1. PASOS - REVISTA DE TURISMO E PATRIMONIO CULTURAL, 14(3), 645–658. [HTTPS://DOI.ORG/10.25145/J.PASOS.2016.14.042](https://doi.org/10.25145/J.PASOS.2016.14.042)
- TRINDADE, B. DA S., CÉSAR, P. DE A. B., & VIANNA, S. L. G. (2019). GOVERNANÇA DO TURISMO: PLANEJAMENTO E GESTÃO LOCAL E REGIONAL EM GRAMADO - RS, BRASIL. REVISTA ROSA DOS VENTOS - TURISMO E HOSPITALIDADE, 11(3), 653–663. [HTTPS://DOI.ORG/10.18226/21789061.V11I3P653](https://doi.org/10.18226/21789061.v11i3p653)

UNWTO. WORLD TOURISM ORGANIZATION. (2017, NOVEMBER 21). INTERNATIONAL CONGRESS ON RELIGIOUS TOURISM AND PILGRIMAGE. [HTTPS://WWW.UNWTO.ORG/ARCHIVE/EUROPE/EVENT/INTERNATIONAL-CONGRESS-RELIGIOUS-TOURISM-AND-PILGRIMAGE](https://www.unwto.org/archive/europe/event/international-congress-religious-tourism-and-pilgrimage) ACESSO EM 12 DE ABRIL DE 2022

VANHOVE, N. (2011). THE ECONOMICS OF TOURISM DESTINATIONS. 2. ED. LONDON: ELSEVIER, 2011.